

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO – COPEL DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DE SALVADOR - SUCOP**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 31/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211651/2023**

*Recebido
21/03/2024
16:04*
*Ana Lucia Luz Silva
Presidente/COPEL
Mat. 3013639*

CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (SIAN/BSM/CBS), consórcio de empresas liderado pela CONSTRUTORA BSM S/A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 07.324.514/0001-41, sediada na Av. Tancredo Neves, 2539 - Cond CEO Salvador Shopping, Torre Nova Iorque, Salas 1301 à 1308, Caminho das Árvores, Salvador - BA, CEP 41820-021, nos autos do procedimento licitatório acima epigrafado, vem, tempestivamente, por seu representante infrafirmado, intimada acerca da interposição de recurso pelas empresas **KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (KLAO/IDEAL) e PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**, vem oferecer **CONTRARRAZÕES**, fazendo-o com amparo nos argumentos a seguir expendidos:

I - A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O CONSÓRCIO ARENA SALVADOR, ora Recorrido, foi notificado sobre a interposição do recurso administrativo em epígrafe por meio de publicação no Diário Oficial do Município de 14/03/2024 (quinta-feira).

Assim, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar as contrarrrazões teve a sua fluência iniciada no dia 15/03/2024 (sexta-feira), expirando-se, tão somente, no dia **21/03/2024 (quinta-feira)**.

Diante do exposto, protocolizada nesta data as contrarrrazões, é inquestionável sua tempestividade.

II - BREVE RESUMO DOS FATOS:

A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SALVADOR - SUCOP publicou o Edital de Licitação sob o regime de Empreitada sob regime de execução indireta por preços unitários do tipo "menor preço",

cujo objeto é a *Contratação de empresa capacitada para execução das obras de Construção do Complexo Multiuso Arena Salvador, localizada na Avenida Otávio Mangabeira – Boca do Rio - Salvador/BA, sob regime de empreitada, preços unitários, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, e o que for necessário para a execução destes serviços.*

O CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (SIAN/BSM/CBS), consórcio de empresas atuantes no segmento da construção civil e detentoras de capacidade técnica, jurídica e financeira para executar o objeto licitado, manifestou interesse em acorrer ao certame, tendo sido declarado habilitado na presente licitação.

As Recorrentes KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (KLAO/IDEAL) e PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. foram declaradas inabilitadas.


Inconformadas, as Recorrentes interpuseram recursos contra sua inabilitação, além de também questionar a habilitação da Recorrida.

Com a devida vênia, os recursos manejados pelas Recorrentes não merecem prosperar, conforme será melhor detalhado a seguir:

III – DA AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA APRESENTADA PELO CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (SIAN/BSM/CBS). COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL. IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO APRESENTADO PELA KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

III.1 - Item 11.9.2 (3) do Edital

O recurso apresentado pela KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A, questiona a validade dos atestados apresentados pela Recorrida e aduz que a mesma não cumpriu com o item 11.9.2 (3) do Edital, que corresponde ao *SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO PARA EDIFICAÇÃO COM GRANDE PÚBLICO, TIPO EXPANSÃO INDIRETA COM CAPACIDADE \geq 1200 TR, COMPOSTO DE SISTEMA DE FILTRAGEM DE AR COM ALTA AEFICIÊNCIA G3/G4 - F7/F8-A3/H13 (ABNT) NO TRATAMENTO DO AR EXTERNO OU DO AR DE RECIRCULAÇÃO.*



Ora, não assiste qualquer razão à Recorrente.

Conforme verifica-se na Ata de julgamento, e, como bem observado pela d. Comissão de Licitação, a Recorrida apresentou dois atestados válidos para o item em referência. Veja-se:

- CAT/ Atestado 00258/2013 – Governo do Estado do Ceará para Construção do Pavilhão Multiuso do Ceará (página 539 da Habilitação).

ITEM	PACELAS DE RELEVÂNCIA	UNID.	QUANT.	CAT								OBSERVAÇÃO	
				273808/2008 Arena Castelão Ac=183.720,00m² 50%	00258/2013 Gov.Rio de J. Ac=176.800,67m² 50%	205416/2008 SUCCOP Ac=34.187,47m² 50%	3516/2019 VILA Ac=72.483,63m²	SUB-TOTAL					
1	CONSTR. DE AREIA MULTIUSO, COMPLEXO DE ESPORTES	UNID	1,00	1,00	Pág.442	1,00	Pág.471	1,00	Pág.553	1,00	Pág.606	4,00	
2	CONSTR. DE COBERTURA DE 1.200 VAGÕES PARA O PARQUE DE EXIBIÇÃO DE CARROS	M²	3.300,00	3.300,00	Pág.459	14.305,32	Pág.477	2.035,25	Pág.575	2.720,79	Pág.630	23.043,06	
3	CONSTR. DE COBERTURA DE 1.200 VAGÕES PARA O PARQUE DE EXIBIÇÃO DE CARROS	UNID	1,00		Pág.466	1,00	Pág.545	1,00	Pág.589/602			2,00	
4	REVESTIMENTO EM ESTUPELA METÁLICA COM REVESTIMENTO	M²	1.400,00	13.558,00	Pág.459	3.426,48	Pág.487	8.821,34	Pág.571	2.837,84	Pág.606	24.448,96	
5	PROTEÇÃO PASSIVA CONTRA INCÊNDIO COBERTURA INFERIORE	KG	305.508,00	17.067,10	Pág.469	472.235,58	Pág.477			941.546,90	Pág.630	1.430.837,13	
6	INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE ILUMINAÇÃO, CORRENTO E MONTAGEM DE	UNID	1,00	1,00	Pág.467	1,00	Pág.526				Pág.606	2,00	
7	FUNDÇÃO EM ESTACA HELICE CONTÍNUA, DIÂMETRO MÍNIMO 60CM	M	1.700,00			30.782,50	Pág.477					30.782,50	
8	INSTALAÇÕES FOTOVOLTAICAS EM EDIFICAÇÕES	UNID	1,00							1,00	Pág.630	1,00	

CONDICIONADOR DE AR TIPO FAN-COIL CENTRAL PARA DUTOS, GABINETE ISOLADO COM POLIURETANO EXPANDIDO DE 25MM, RECHAPEADO INTERNAMENTE, COMPOSTO DE MÓDULO DE MISTURA COM DAMPER'S E FILTRO G3/G4, MÓDULO DE SERPENTINA, MÓDULO DE VENTILAÇÃO, TEAG 70C, TSAG 170C, CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DE ACORDO COM AS APRESENTADAS NO PROJETO, FC-FC-59 AO FC-68, FABRICAÇÃO CARRIER, TRANE, YORK, HITACHI

CJ 8,00

UNIDADE RESFRIADORA DE ÁGUA TIPO CHILLER REFRIGERADO A ÁGUA, COMPRESSOR CENTRÍFUGO, GÁS REFRIGERANTE R-134A, CAPACIDADE 1.250TR

UN 2,00

UNIDADE RESFRIADORA DE ÁGUA TIPO CHILLER REFRIGERADO A ÁGUA, COMPRESSOR CENTRÍFUGO, GÁS REFRIGERANTE R-134A, CAPACIDADE 1.000TR

UN 2,00

ELETROBOMBA CENTRÍFUGA SISTEMA PRIMÁRIO DE ÁGUA GELADA, VAZÃO 341M³/H, ALTURA MANOMÉTRICA 30MCA, ROTAÇÃO 1750RPM, ACOPLAMENTO LUVA ELÁSTICA, MOTOR 80CV, FABRICAÇÃO KSB, IMBIL OU EH

UN 6,00

Processo nº 0804/438 5

SECRETARIA DO TURISMO

End: Edifício SEPLAG - térreo - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Cambé - Fone (85) 3101-4658
CEP: 40.030-001
Fotocópia - Ce

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

Nota-se que o sistema de climatização atende ao especificado em Edital com folga, comprovando possuir 4.500 TR (Chiller 2 x 1.250 TR + 2 x 1.000 TR), ao passo que o Instrumento Convocatório requisita 1 (um) atestado com sistema de climatização com capacidade ≥ 1.200 TR.

- CAT/ Atestado 205495/2023 – SUCOP (página 589 a 602 da Habilitação).

CLIMATIZAÇÃO		
EQUIPAMENTOS		
UNIDADES RESFRIADORAS DE LÍQUIDO		
CHILLER ELÉTRICO, CAPACIDADE EFETIVA 500 TR, COMPRESSORES TIPO PARAFUSO, CONDENSÇÃO A ÁGUA, MODELO: 30XW400, FABRICAÇÃO CARRIER OU SIMILAR	PC	4,00
BOMBAS CENTRÍFUGAS		
BOMBA CENTRÍFUGA PARA ÁGUA GELADA PRIMÁRIA, CONSTRUÇÃO HORIZONTAL, "BASE-LUVA", CIRCUITO "CHILLER ABSORÇÃO", TAG BAGS, 4 PÓLOS, VAZÃO 112 L/s, P.E. 250 KPA, ETA-150-33, FABRICAÇÃO KSB OU SIMILAR	PC	3,00
BOMBA CENTRÍFUGA PARA ÁGUA DE CONDENSÇÃO, CONSTRUÇÃO HORIZONTAL, "BASE-LUVA", CIRCUITO "CHILLER ABSORÇÃO", TAG BAGS, 4 PÓLOS, VAZÃO 277,8 L/s, P.E. 350 KPA, ETA 240-40, FABRICAÇÃO KSB OU SIMILAR	PC	2,00
BOMBA CENTRÍFUGA PARA ÁGUA GELADA SECUNDÁRIA, CONSTRUÇÃO HORIZONTAL, "BASE-LUVA", CIRCUITO "SETOR A e B", TAG BAGS, 4 PÓLOS, VAZÃO 82,5 L/s, P.E. 500 KPA, ETA-125-40, FABRICAÇÃO KSB OU SIMILAR	PC	3,00
BOMBA CENTRÍFUGA PARA ÁGUA GELADA SECUNDÁRIA, CONSTRUÇÃO HORIZONTAL, "BASE-LUVA", CIRCUITO "SETOR C", TAG BAGS, 4 PÓLOS, VAZÃO 76,8 L/s, P.E. 500 KPA, ETA 125-40, FABRICAÇÃO KSB OU SIMILAR	PC	2,00

Raimundo Brando A. dos Santos
Engenheiro Civil CREA BA 20648
Diretor de Execução de Obras
SUCOP

Pág. 34



Cadastro nº 205495/2023
25/10/2023, 10:36
Chave de Impressão: Y7R1W

O documento neste ato registrado foi emitido em 16/10/2023 e contém 45 folhas

CAIXA DE FILTRAGEM DE AR EXTERIOR COM GABINETE MODULAR, PARTE DE DUA, REVESTIDAS INTERNAMENTE EM AÇO INOX E EXTERNAMENTE EM CHAPAS DE AÇO CARBONÍFICO, PINTADAS, BLOQUEAMENTO EM POLIURETANO EXPANDIDO, DOTADAS DE FILTROS, CLASSE "G4" (M5) "F7" "A3", TAG CV-OP-A-00, VAZÃO 40.660 M³/H, FABRICAÇÃO AIRSIDE OU SIMILAR	PC	1,00
CAIXA DE FILTRAGEM DE AR EXTERIOR COM GABINETE MODULAR, PARTE DE DUA, REVESTIDAS INTERNAMENTE EM AÇO INOX E EXTERNAMENTE EM CHAPAS DE AÇO CARBONÍFICO, PINTADAS, BLOQUEAMENTO EM POLIURETANO EXPANDIDO, DOTADAS DE FILTROS, CLASSE "G4" (M5) "F7" "A3", TAG CV-OP-A-0001, VAZÃO 19.985 M³/H, FABRICAÇÃO AIRSIDE OU SIMILAR	PC	2,00
CAIXA DE FILTRAGEM DE AR EXTERIOR COM GABINETE MODULAR, PARTE DE DUA, REVESTIDAS INTERNAMENTE EM AÇO INOX E EXTERNAMENTE EM CHAPAS DE AÇO CARBONÍFICO, PINTADAS, BLOQUEAMENTO EM POLIURETANO EXPANDIDO, DOTADAS DE FILTROS, CLASSE "G4" (M5) "F7" "A3", TAG CV-OP-A-0002, VAZÃO 19.985 M³/H, FABRICAÇÃO AIRSIDE OU SIMILAR	PC	6,00
CAIXA DE FILTRAGEM DE AR EXTERIOR COM GABINETE MODULAR, PARTE DE DUA, REVESTIDAS INTERNAMENTE EM AÇO INOX E EXTERNAMENTE EM CHAPAS DE AÇO CARBONÍFICO, PINTADAS, BLOQUEAMENTO EM POLIURETANO EXPANDIDO, DOTADAS DE FILTROS, CLASSE "G4" (M5) "F7" "A3", TAG CV-OP-A-0004, VAZÃO 7.892 M³/H, FABRICAÇÃO AIRSIDE OU SIMILAR	PC	7,00
CAIXA DE FILTRAGEM DE AR EXTERIOR COM GABINETE MODULAR, PARTE DE DUA, REVESTIDAS INTERNAMENTE EM AÇO INOX E EXTERNAMENTE EM CHAPAS DE AÇO CARBONÍFICO, PINTADAS, BLOQUEAMENTO EM POLIURETANO EXPANDIDO, DOTADAS DE FILTROS, CLASSE "G4" (M5) "F7" "A3", TAG CV-OP-A-0005, VAZÃO 7.892 M³/H, FABRICAÇÃO AIRSIDE OU SIMILAR	PC	8,00

Raimundo Brando A. dos Santos
Engenheiro Civil CREA BA 20648
Diretor de Execução de Obras
SUCOP

Pág. 35

Este documento encontra-se no
Registro de Empresas e
Contratos nº 205495/2023



Cadastro nº 205495/2023
25/10/2023, 10:36
Chave de Impressão: Y7R1W

O documento neste ato registrado foi emitido em 16/10/2023 e contém 45 folhas

Igualmente, da simples análise da documentação, verifica-se que no atestado em referência o sistema de climatização atende às exigências do Edital, possuindo capacidade de 2.000 TR (Chiller 4 x 500 TR), ao passo que o Instrumento

Convocatório exige apenas 1 (um) atestado com sistema de climatização com capacidade ≥ 1.200 TR.

No segundo recorte pode-se notar o atendimento ao sistema de filtragem com alta eficiência g3/g4 - f7/f8-a3/h13 (abnt) no tratamento do ar externo ou do ar de recirculação. Conforme atestado, há vários itens de caixas de filtragem de ar exterior G4+M5+F7+A3.

Ainda, apesar de se tratar de um atestado de obra realizada em consórcio, não pode este ser desconsiderado. Afinal a empresa consorciada Sian Engenharia (Construtora Andrade Mendonça) detinha o percentual de 50%, ao passo que o Instrumento Convocatório exigiu apenas 1 (um atestado) de sistema de climatização com capacidade igual ou superior a 1.200 TR.

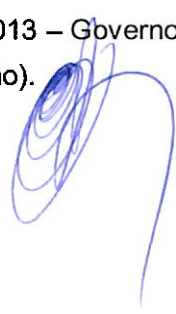
Assim sendo, foi atestado que a Recorrente possui inegável expertise para o objeto licitado e atende, com folga, à exigência contida no item 11.9.2 "3" do Edital.

III.2 - Item 11.9.2 (5) do Edital

A Recorrente questiona ainda a atestação do Item 11.9.2 (5) do Edital, correspondente a *ESTRUTURAS METÁLICAS DE COBERTURA COM VÃO LIVRE MÍNIMO DE 50M, COM PROTEÇÃO PASSIVA CONTRA INCÊNDIO COM PINTURA INTUMESCENTE (TRRF=60MIN)*.

No que se refere ao item mencionado, a Recorrida apresentou 4 (quatro) atestados aptos a comprovar a capacitação técnica para atendimento à exigência editalícia. Veja-se:

- CAT/Atestado 00258/2013 – Governo do Estado do Ceará (página 477 a 552 da Habilitação).



4- Estrutura Metálica

Execução de 27.894,66 m² de Estrutura Metálica em Aço da Cobertura Principal dos Pavilhões (A e B) com 844.201,06 kg e execução de 27.894,66 m² de telha zipada em aço galvanizado pré-pintada na face superior, espessura 0,85 mm, com isolamento térmico em facefelt, com 149.401,36 kg

Processo nº 08047436-1

SECRETARIA DO TURISMO
Rua Saldanha da Gama, 100 - Centro Administrativo - Fortaleza - Ceará - CEP 61.010-000
Fone: (85) 3181-1111 - Fax: (85) 3181-1112

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

CEARÁ
Fortaleza



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Turismo

552

COMPLEMENTAÇÃO DO ATESTADO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

Em complementação ao Atestado datado de 01 de agosto 2012 referente ao Contrato nº 024/2009 com o GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - SECRETARIA DO TURISMO - SETUR tendo como objeto os serviços de CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSO DO CEARÁ informamos que a Cobertura em Estrutura Metálica em Aço Galvanizado da Coberta Principal localizada sobre a área dos pavilhões de eventos possui um vão livre de 56 metros em cada um dos 02 (dois) pavilhões e que a Cobertura em Estrutura de Aço Especial de Gôndola de Vento, localizada sobre a área de convivência, possui um vão livre de 32 metros

Atenciosamente,

Fortaleza, 28 de agosto de 2012

É possível notar que o atestado em referência atende com folga ao exigido no Instrumento Convocatório, tendo em vista que atesta a execução do quantitativo de 844.201,06 kg e vão livre de 56m.

- CAT/ Atestado 223808/2020 – Arena Castelão (página 463 da Habilitação).

Cartella n° Z250042020
11/11/2020 16:18
Chiave de Impresora: La272

Adotando uma pequena taxa de 15kg/m² de estruturas, chega-se a 6.006,50 Kg, já considerando o percentual no consórcio em 50%.

- CABOTICORIAN GERMAN DA 0004

[illegible][illegible]

Documento recebido pelo T.º e/ou do Autor da Prova e entregue ao aluno em 02/03/2014
JULIANO CORREIA M966 903
Documento 52 033022 10030447 0000 - Contato: 033022 10030447 0000

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
6.3	SUPERESTRUTURA METÁLICA				80.00
6.3.1	PINTURA ACRÍLICA INTUMESCENTE BASE DE ACRÍLICO EPOXI EM TUBOS DE FOGO	M²	18.036	18.036	
6.3.2	FORNHECIMENTO E MONTAGEM DE BARRAS DE AÇO	M²	26.158	26.158	
6.3.3	CAPA METÁLICA PARA STEEL DECK Nº 25 E 30-0,8MM	M²	26.508	26.508	
6.3.4	SERVIÇO DE MONTAGEM DAS STEEL DECK	M²	18.508	18.508	
6.3.5	ESTRUTURA METÁLICA DO PAVIMENTO DE AÇO UNICÓRNO, INCLUSIVE PRIMEIRO ANTIQUÍBRGNO	KG	891.727,50	891.727,50	
6.3.6	PRÉFABRICAÇÃO E MONTAGEM DE LAJE DE AÇO UNICÓRNO	KG	931.777,50	931.777,50	
6.3.7	SERVIÇO DE MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA PARA PAVIMENTO DE AÇO UNICÓRNO, INCLUSIVE PRIMEIRO ANTIQUÍBRGNO	KG	931.777,50	931.777,50	
6.3.8	PREPARO PARA LIGAÇÃO DE PASSAGEM A TRÁVÉS DO PISO DE AÇO	UN	2.30	2.30	
6.3.9	PREPARO PARA LIGAÇÃO DE PASSAGEM A TRÁVÉS DO PISO DE AÇO	UN	2.30	2.30	
6.3.10	OPERADOR DE GUINDASTES	H	2.180,70	2.180,70	
6.3.11	GUINDASTE TORRES DO GRUPO	H	2.180,70	2.180,70	
6.3.12	DI MONTAGEM MANUAL DE LIGAÇÃO DE PASSAGEM A TRÁVÉS DO PISO DE AÇO UNICÓRNO	UN	9,36	9,36	
6.3.13	COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA DE LIGAÇÃO DE PASSAGEM A TRÁVÉS DO PISO DE AÇO UNICÓRNO	UN	12,70	12,70	
6.3	SUPERESTRUTURA - CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO				

Nesse atestado comprova-se a expertise para o item "Pintura intumescente em estruturas metálicas". A pintura intumescente de 120 min foi aplicada



a pilares e vigas com peso total de 931.727,50 kg, atendendo, portanto, ao critério exigido no Edital.

A alegação da Recorrente, de que a "*pintura intumescente não foi aplicada em estrutura metálica de cobertura e sim em vigas*" é totalmente insubsistente.

Da simples leitura do atestado mencionado, verifica-se a obra de Reforma e Ampliação do Complexo TJ – Anexo II foi projetada e construída com misto de estruturas de concreto moldado *in loco* e estruturas metálicas com proteção passiva e pintura intumescente, nos termos exigidos pelo certame.

As estruturas de concreto moldado *in loco* contemplaram contenções, poço de elevador, muretas e reservatórios. A estrutura principal da edificação foi composta por pilares metálicos, vigas metálicas e lajes mistas em Steel deck e capeamento em concreto.

Ainda, para sanar quaisquer eventuais dúvidas acerca das informações constantes do atestado em questão, seguem anexas as fotos da obra realizada pelo Recorrido:

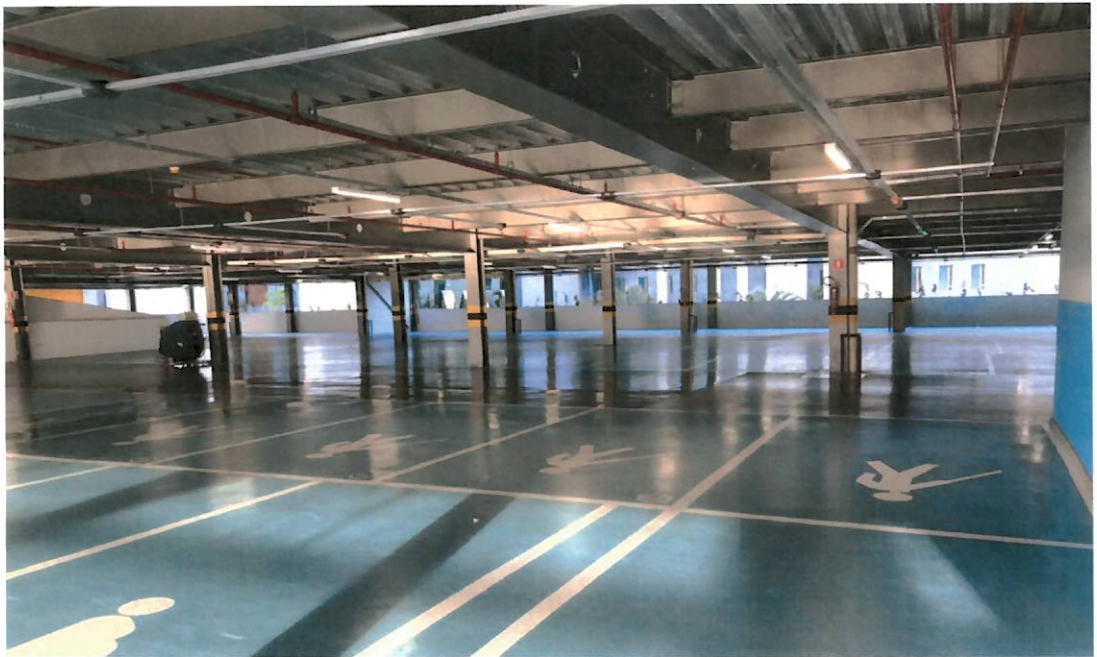




A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a series of loops and a long, sweeping tail.



A Pintura Intumescente verificada no atestado em questão possui resistência de até 120min de fogo, o que supera o requisitado em Edital (TRRF=60min) e possui área de 18.619,01 m², equivalente a área das estruturas metálicas.

A CAT 3510/2019 possui quantitativo total (peso) de estruturas metálicas de 931.727,50 kg. Assim, atende com folga considerável ao exigido no item 11.9.2 "5" do Edital.

- CAT/ Atestado 38173/2018 – CIGE/CEMADEN (página 935 e 966 da Habilitação).

© 2000 Blackwell Science Ltd
Journal of Internal Medicine 247: 395–401

939



Cartão nº 35175/2018
7/08/2018 17:51
Chave de pagamento 070072
Seu contrato foi enviado em 08/08/2018 a partir

A estrutura principal da edificação foi composta por pilares metálicos, vigas metálicas e lajes mistas em Steel deck e capeamento em concreto, conforme verifica-se da leitura do atestado em questão e nas fotos a seguir reproduzidas:





FACHADA SUL - ANCORAGEM PELE DE VIDRO

09/03/2015





[Handwritten signature]



O atestado tem quantidade total (peso) de estruturas metálicas de 948.107,11 kg que para a participação da Construtora Andrade Mendonça (Atual Sian Engenharia) em 50%, representa 474.053,56 kg, portanto atendendo à exigência editalícia, que requer 185.500,00 kg.

A Pintura Intumescente verificada em atestado é de até 60min de fogo, atendendo ao requisitado no edital TRRF=60min e tem quantidade em área de 17.144,02 m² equivalente a área das estruturas metálicas.

Cumprе ressaltar ainda, que, conforme esclarecimento 17 do 2º CADERNO PERGUNTAS/RESPOSTAS, a Comissão informa que é permitida a apresentação de atestados que comprovem a execução de estruturas metálicas para cobertura com vão livre mínimo de 50m e atestados de pintura intumescente (TRRF=60 min) desde que atendendo a quantidade mínima exigida. Vejamos:

Secretaria de
Infraestrutura
e Obras Públicas



SUCOP
Superintendência de
Obras Públicas

Questionamento 17: "Ainda em relação as Capacidades Técnica Operacional e Profissional do Edital da concorrência supracitada, questionamento acerca do item 5 "ESTRUTURAS METÁLICAS DE COBERTURA COM VÃO LIVRE MÍNIMO DE 50M, COM PROTEÇÃO PASSIVA CONTRA INCÊNDIO COM PINTURA INTUMESCENTE (TRRF=60MIN)". Entendemos que deveremos apresentar atestados com comprovação de execução de Estruturas Metálicas de cobertura tendo vão livre mínimo de 50m e atestados com comprovação de Proteção Passiva contra incêndio com Pintura intumescente (TRRF=60min), de maneira a atender o quantitativo mínimo. Nosso entendimento está correto?"

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Portanto, conclui-se que a CAT 38173/2018 - CIGE/CEMADEN atende exatamente ao item 11.9.2 "5" do Edital, comprovando a qualificação técnico-operacional do Consórcio Recorrido para o objeto lícitado.



No atestado em referência também se atendeu ao exigido no item 11.9.2 (5) do Edital. Comprovou-se a aplicação da pintura intumescente de 60 min em pilares e vigas com peso total de 474.053,55 kg, já considerando o percentual de 50% no consórcio.

Diante do exposto, o julgamento da habilitação do CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (SIAN/BSM/CBS), para os itens questionados deverá ser mantido, pois a proposta cumpriu os critérios estabelecidos e evidenciou a qualificação técnica e profissionalismo da Recorrida.

IV – DA AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA APRESENTADA PELO CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (SIAN/BSM/CBS). COMPROVAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA MÍNIMA. IMPROCEDÊNCIA DOS RECURSOS APRESENTADO PELA PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. E KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Conforme bem observado pela Comissão de Licitação, a Recorrida comprovou possuir a disponibilidade financeira líquida mínima exigida, atendendo ao item 11.8.7 do Edital.

Inconformada, as Recorrentes interpuseram recursos, requerendo a reforma da decisão que habilitou a Recorrente, por, supostamente, ter apresentando índice de DLF inferior ao exigido no certame, de R\$ 189.418.502,98, se calculado de forma proporcional.

Ainda, a Recorrente KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A aduziu, sem qualquer justificativa, que as empresas do consórcio, individualmente, deixaram de apresentar comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a R\$ 24.623.300,00 (vinte e quatro milhões seiscientos e vinte e três mil e trezentos reais).

Ocorre que as alegações não possuem o menor respaldo. Conforme se verifica nos demonstrativos financeiros anexos, a empresa CBS CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA. possui DFL de R\$273.633.943,97, e atende, sozinha e com sobra considerável, todo o orçamento oficial da obra. Ainda, as empresas SIAN e BSM possuem, respectivamente, DFL de R\$91.621,270,37 e R\$ 138.248.748,79. Vejamos:

Disponibilidade Financeira Líquida - DFL			
DFL = (10 X PL) - V.A			
DFL = (10 X 55.580.403,64)	-	R\$ 282.170.092,43	= R\$ 273.633.943,97
PL = R\$ 55.580.403,64			

Salvador/BA, 05 de fevereiro de 2024


CBS CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA
CNPJ nº 11.836.823/0001-43 - ALAN DE LACERDA ALMEIDA
Engenheiro Civil - CREA nº 8808181704 - Responsável Técnico
CPF nº 87427088418 - RG nº 8808294323 SSP/BA



$$DFL = (10 \times 44.745.757,00) = 447.457.570,00 - 355.836.299,63 = 91.621.270,37$$

DFL: Disponibilidade Financeira Líquida

$$DFL = (10 \times PL) - VA$$

$$DFL = (10 \times 51.732.246,91) - 379.073.720,31$$

$$DFL = 138.248.748,79$$

Além disso, conforme disposto na Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações) nos casos em que o concorrente na licitação é um consórcio de empresas, deverá ser considerado, para fins de habilitação econômico-financeira, o somatório dos índices de cada empresa consorciada. Vejamos:

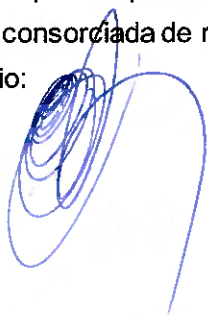
Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

(...)

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, **para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;** (grifamos)

Destarte, **o somatório da Disponibilidade Financeira Líquida (DFL) das empresas consorciadas totaliza o valor de R\$ 503.503.963,13 (quinhentos e três milhões, quinhentos e três mil, novecentos e sessenta e três reais e treze centavos), o que comprova, de modo incontestável, que o consórcio possui saúde financeira mais do que suficiente para executar o objeto da presente licitação, sem oferecer qualquer risco à Administração Pública.**

Neste sentido, o próprio Edital possui previsão expressa no sentido de que a apresentação por qualquer empresa consorciada de resultado inferior ao requerido não importará na inabilitação do consórcio:



11.14 - No caso de Consórcio:

11.14.1 - Para prova de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos;

11.14.2 - Para prova de qualificação técnica, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos no subitem 11.9.

11.14.3 - Quanto às qualificações técnico-profissional e técnico-operacional, exigidas no subitem 11.9.2 e 11.9.3, serão admitidos simples somatório dos acervos de cada consorciado para atendimento do Edital;

11.14.4 - Para prova de qualificação econômico-financeira, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos no item 11.8. Da mesma forma, cada consorciado deverá apresentar a certidão negativa de falência ou recuperação judicial indicado no subitem 11.8.4;

11.14.5 - Em relação ao resultado da DISPONIBILIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA (DFL), a Comissão analisará os valores apresentados por cada consorciado e considerará, para efeito de habilitação, seu somatório, proporcionalmente a participação de cada empresa na constituição do consórcio. Não importará em inabilitação do consórcio a apresentação, por qualquer das empresas dele participantes, resultado inferior ao requerido, desde que, proporcionalmente, o consórcio tenha atingido a DFL total;

11.14.6 - Os documentos exigidos no subitem 11.12 deverão ser apresentadas por cada consorciado;


Consequentemente, a decisão de habilitação do CONSÓRCIO ARENA SALVADOR deverá ser mantida, respeitando os princípios da legalidade e da vinculação ao Edital, afinal o Recorrido comprovou possui DFL superior à exigida pelo Instrumento Convocatório.

Ademais, a Recorrente KPE Performace em Engenharia S.A. sustenta que não houve estrita observância ao cálculo da DFL, uma vez que, supostamente, a Consorcianda Sian teria omitido informações acerca dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública.

A Recorrente alega que a SIAN deixou de listar os seguintes contratos em andamento: i) contratos de n.º 112/2022, 114/2022 e 115/2022, celebrados com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia ("CONDER"); ii) contrato administrativo para a obra do hospital Souza Aguiar, na cidade do Rio de Janeiro – RJ; e, iii) o Contrato para Reforma do Teatro Castro Alves, na cidade de Salvador, Bahia.

Diante dessas alegações, a Recorrente afirma que o Consórcio Recorrido não atende à exigência da DFL, requerendo, assim, sua inabilitação.

Os argumentos utilizados pela Recorrente não encontram respaldo fático ou jurídico, primeiro porque cita contratos administrativos firmados com pessoa jurídica distinta e, segundo, porque considera obras que ainda não foram efetivamente contratadas.



Antes de entrar no mérito de cada um dos contratos é necessário fazer uma breve explicação técnica acerca da personalidade jurídica.

Como se sabe, a personalidade jurídica é o conceito básico do ordenamento jurídico que se estende tanto às pessoas naturais (ser humano) quanto às jurídicas (agrupamento de humanos), os quais podem ser sujeitos de relações jurídicas¹.

Com isso, tem-se que a pessoa jurídica difere-se da pessoa natural e, inclusive, difere-se de outras pessoas jurídicas, uma vez que cada uma delas possui seu agrupamento e personalidade.

Além disso, em uma classificação jurídica, o agrupamento de pessoas pode se reunir para constituir pessoas jurídicas de direito público e privado (função e capacidade), sendo que aqui no importa destacar as sociedades empresárias que:

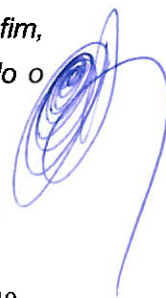
“[...] visam lucro, mediante exercício de atividade mercantil (RT, 468:207), assumindo as formas de: sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comandita por ações; sociedade limitada; sociedade anônima ou por ações (CC, arts. 1.039 a 1.092).”²

Dessa forma, a constituição das pessoas jurídicas de direito privado ocorre através da vontade humana, mediante o preenchimento das formalidades ou requisitos legais exigidos, *ex vi* a contratação entre os interesses do contrato social ou do estatuto social. Para melhor entendimento:

“O interesse dos sócios é idêntico; por isso todos, com capitais ou atividades, se unem para lograr uma finalidade, econômica ou não. Portanto, o contrato de sociedade é o meio pelo qual os sócios atingem o resultado almejado. Por haver uma confraternização de interesse dos sócios para alcançar certo fim, todos os lucros lhe deverão ser atribuídos, não se excluindo o

¹Diniz, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, 1º volume, 22ª ed: editora saraiva, 2005, p. 118/119

² Diniz, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, 1º volume, 22ª ed: editora saraiva, 2005, p. 249.



quinhão social de qualquer deles da participação nos prejuízos.”³

Com o registro do contrato perante o órgão competente, a pessoa jurídica começa a existir, “passando a ter aptidão para ser sujeito de direitos e obrigações, a ter capacidade patrimonial, constituindo seu patrimônio, que não tem nenhuma relação com os dos sócios, adquirindo vida própria e autônoma”⁴, **portanto, sem se confundir com seus membros.**

Diante dessa premissa básica do direito civil, não há margem para qualquer dúvida quanto à distinção entre a pessoa jurídica constituída e os seus sócios, uma vez devidamente identificados de forma completamente distinta nos cadastros do CNPJ/MF, inscrição na Junta Comercial, endereço, contabilidade e patrimônio próprios.

Nesse contexto, a Recorrida esclarece que, o contrato firmado para a PPP- Participação Público Privada, modalidade concessão administrativa para Prestação dos serviços de modernização e adequação de instalações prediais e prestação de serviços não assistenciais nas unidades da coordenadoria geral de emergência da área de planejamento 1.0 da cidade do Rio de Janeiro-RJ - Complexo Hospitalar Municipal Souza Aguiar (CHMSA) foi firmado entre o Município do Rio de Janeiro com a Smart-Hospital S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.592.077/0001-00, uma sociedade de propósito específico anônima, que não se confunde com a Consorciada Sian.

Importa destacar que o Edital de Concorrência de Parceria Público-Privada publicado pelo Município do Rio de Janeiro – RJ, na cláusula 13.6, (viii), obriga o vencedor da licitação a constituir sociedade de propósito de específico, na forma de sociedade anônima:

13.5. Deverá ser apresentado, nos documentos relativos à habilitação jurídica, instrumento público ou particular de compromisso de constituição do CONSÓRCIO, subscrito por todas as consorciadas, contemplando:

³ Idem, p. 253.

⁴ Idem, p. 257.



(viii) compromisso de que, caso venha a ser vencedor da LICITAÇÃO, o CONSÓRCIO constituirá sociedade de propósito específico, segundo as leis brasileiras, na forma de sociedade anônima, com sede no MUNICÍPIO e com estrutura administrativa, contábil e fiscal específica.

Nota-se, portanto, que as pessoas jurídicas da Smart-Hospital S.A. e da Consorciada Sian são completamente distintas, por uma questão basilar do direito civil, e, não fosse o bastante, a execução daquele contrato é garantida por seguro, nos termos da cláusula 14.1, (iii), além haver de financiamento dos investimentos.

Isto posto, a interpretação que a Recorrente pretende emprestar para o caso concreto é manifestamente grosseira, especialmente porque a Sian jamais contratou pessoalmente com o Município do Rio de Janeiro. Vale repetir que o contrato foi firmado com a Smart Hospital S.A., que não se confunde com a Sian.

Igualmente, a capacidade financeira da Sian não é afetada pela aludida contratação, seja porque seu patrimônio líquido não se confunde com o da Smart Hospital S.A, dada a completa distinção da personalidade jurídica. Acrescente-se, ainda, o fato de a referida obra ser garantida por seguro e por financiamento dos investimentos.

Não é por outro motivo que todos os contratos listados pela Recorrida dizem respeito àqueles nos quais a parte contratada é a Consorciada Sian e não empresas com personalidade jurídica distinta.

A esse respeito, veja-se análise técnica do Ministério Público do Estado da Bahia sobre a forma de análise da DFL:

“A disponibilidade financeira líquida (DFL) consiste em um indicador econômico-contábil que se refere a capacidade da empresa licitante ter disponibilidade de recursos para honrar o futuro contrato celebrado com o Poder Público. Normalmente, o índice de disponibilidade financeira líquida considera o somatório dos saldos contratuais das obras e/ou serviços em



andamento ou a iniciar. O referido índice visa aferir se a empresa terá condições financeiras de assumir o futuro contrato, considerando os ajustes por ela já assumidos e os que iniciarão. Parte-se do pressuposto de que quanto mais contratos em andamento (ou a iniciar) a licitante tiver, menor será a sua disponibilidade financeira líquida.”⁵

No mesmo sentido manifestou-se o Tribunal de Contas da União:

No entanto, caso uma empresa licitante possua qualquer contrato em execução no momento, ou a se iniciar (ou seja, fator "VA" maior que zero), essa teria que, necessariamente, ter o patrimônio líquido superior a 10% do valor estimado da contratação, passando o subitem 1.9.1 a configurar exigência de mais difícil atendimento que o item 1.9.3, que, conforme comentado, tem fundamento na legislação que rege o certame, a qual estabelece que a exigência de comprovação de patrimônio líquido não pode exceder a 10% do valor da contratação. (ACÓRDÃO 1581/2023 – PLENÁRIO – RELATOR: VITAL DO RÊGO – Processo nº 002.412/2023-3 – Data de sessão: 02/08/2023)

Não há dúvidas de que a análise da disponibilidade de recursos financeiros limita-se à empresa licitante, jamais a outras sociedades com CNPJs distintos, que não se confundem com aquele que participa do certame.

De outro lado, em relação ao suposto contrato para reforma do Teatro Casto Alves, a Recorrida chama atenção de V. Sas. que a Sian, até a data de habilitação neste certame, não havia ocorrido a homologação do resultado e sequer a assinatura do contrato com a Administração Pública, pelo que não se pode considerar como saldo contratual.

Conforme imagem abaixo do Diário Oficial do Estado de 24 de fevereiro de 2024, houve apenas a homologação do resultado, sem a celebração do contrato administrativo:


⁵ https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/licitacoes/2023/analise_economica_dicofin.pdf

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 074/23 - CONDER

A Comissão Permanente de Licitação - COPEL, da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, nos termos da Lei nº 13.303/16, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONDER - RILC, e do Instrumento Convocatório, torna público o resultado final da licitação acima referida. - **Objeto:** CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO, RESTAURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TEATRO CASTRO ALVES, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BAHIA. - **Critério de Julgamento:** Técnica e Preço. - **Licitante Vencedor:** SIAN ENGENHARIA LTDA. - **Nota Final:** 9,82 (nove vírgula oitenta e dois). - **Valor Global:** R\$148.720.321,13 (cento e quarenta e oito milhões, setecentos e vinte mil, trezentos e vinte e um reais e treze centavos), Salvador - BA, 23 de fevereiro de 2024. - Maria Helena de Oliveira Weber - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO
O Diretor Presidente da CONDER, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Federal 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONDER - RILC, e no Instrumento Convocatório, homologa o resultado da LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 074/23, destinado ao objeto supramencionado e adjudica o objeto contratual em favor do vencedor. **Convocação:** Fica convocado o licitante vencedor para assinatura do contrato no prazo legal. Salvador - BA, 23 de fevereiro de 2024. - Publique-se: José Gonçalves Trindade - Diretor-Presidente.

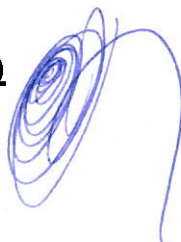
Ademais, a data da sessão da presente licitação ocorreu em 05/02/2024, antes da referida homologação. Como poderia a Consorciada Sian listar como “saldo a receber” um suposto crédito de licitação na qual sequer havia se sagrado vencedora?

Por fim, em relação aos contratos n.º 112/2022, 114/2022 e 115/2022, a Recorrida esclarece que todos foram devidamente listados na planilha como “Pacote Sul II”, “Pacote Sul I” e “Pacote Sul III”. Para melhor visualizar, a Recorrida apresenta a reprodução do objeto de cada contrato:

Contrato 112/2022 (Pacote Sul II)

1.1.	<p>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E INTERVENÇÕES EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA – 2ª. ETAPA - 02 (DOIS) LOTES.</p> <p>• Lote 02: Região Sul, conforme relação definida no Termo de Referência.</p>
------	--

Contrato 114/2022 (Pacote Sul I)



1.1.	<p>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E INTERVENÇÕES EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA – 02 (DOIS) LOTES.</p> <p>• Lote 02: Região Sul, conforme relação definida no Termo de Referência.</p>
------	--

Contrato 115/2022 (Pacote Sul III)

1.1.	<p>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E INTERVENÇÕES EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA – 3ª. ETAPA - 02 (DOIS) LOTES.</p> <p>• Lote 02: Região Sul, conforme relação definida no Termo de Referência.</p>
------	--

Os preços referidos na tabela apresentada pela Recorrida estão de acordo com os últimos aditivos celebrados com a Administração Pública.

Por fim, importante lembrar que o Consórcio Recorrido ostenta, com o somatório das condições financeiras de todas as empresas consorciadas, uma DFL total de mais de 500 (quinhentos) milhões de reais, que atende com grande folga o valor mínimo exigido no Edital.

Diante do exposto, não deverá ser acolhido o recurso interposto, uma vez que pretende distorcer os fatos e emprestar interpretação manifestamente equivocada a respeito de conceitos básicos.

V – DA AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA APRESENTADA PELO CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (SIAN/BSM/CBS). APRESENTADA A CERTIDÃO DE DÉBITOS MOBILIÁRIOS PELCA. IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO APRESENTADO PELA KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Ao contrário do que alega a Recorrente, a empresa CBS, integrante do consórcio Recorrido, apresentou Certidão de Débitos Mobiliários válida. Vejamos:





PMS - Prefeitura Municipal do Salvador

Secretaria Municipal da Fazenda

Coordenadoria de Recuperação de Crédito - CRC

PGMS - Coordenadoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Mobiliários

Inscrição Municipal: 330488/001-07

CNPJ: 11630923/0001-43

Contribuinte: CBS - CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA

Endereço: Rua Jacobina, No 160

ED: MAXIMINO PEREZ; : GARRIDO; ANDAR: 4; S: 401;
RIO VERMELHO

Processo nº 25/2024

Certifico que a firma da inscrição acima está em situação regular, até a presente data, ressaltando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, conforme artigo 277, § 3º, da Lei 7.186/2005.

Emissão autorizada às 13:52:39 horas do dia 04/01/2024. ✓

Válida até dia 03/04/2024 ✓

Código de controle da certidão: 8716773786CDE5D2B45B2BD6CEF04B10 ✓

O que ocorreu foi que, por alguma instabilidade no sistema da Secretaria da Fazenda do Município de Salvador a certidão foi equivocadamente emitida com a data de 19/03/1924.

Assim, a nobre Comissão de Licitação, ao diligenciar a autenticidade da declaração mencionada pelo seu código de validação, conseguiu verificar que a emissão do documento se deu em 20/12/2023 com validade até 19/03/2024. Resta claro que se tratava de um mero erro material, erro este que foi tempestivamente esclarecido e corrigido pelo Recorrido, conforme atesta a troca de e-mails em anexo:

COPEL SUCOP <copel.sucop@salvador.ba.gov.br>

Seg, 18/03/2024 16:33

Para: CBS CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA. <maf@mafprojetos.com.br>; Alan
<alan@escavebahia.com.br>

1 anexos (54 KB)

Certidão-Comprovação.pdf;

À
CBS CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA

ASSUNTO: Diligência
REF. CONCORRÊNCIA Nº 31/2023

Em referência a licitação acima citada foi apresentado, por essa empresa, a Certidão da Fazenda Municipal, com data de emissão de 20/12/1924 e data de validade vencida em 19/03/1924.

A princípio é de se notar, estranhamente, a data de emissão e validade registradas na referida certidão (1923 e 1924), pois conforme verificação da validação da Certidão de Regularidade Fiscal, no site www.sefaz.salvador.ba.gov.br, mediante a utilização do código de controle contida na referida certidão (doc. anexo), foi confirmada sua veracidade, sendo que o documento foi emitido em 20/12/2023, portanto sua validade expirar-se-á em 19/03/2024.

Re: DILIGÊNCIA-REF. CONCORRÊNCIA Nº 31/2023

CBS CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA. <maf@mafprojetos.com.br>

Seg, 18/03/2024 19:09

Para: COPEL SUCOP <copel.sucop@salvador.ba.gov.br>

Cc: Alan <alan@escavebahia.com.br>

1 anexos (321 KB)

7 - Certidão MUNICIPAL.pdf;

Boa noite,

Ilma. Sra. Presidente da Comissão de Licitação/SUCOP,

Em atenção à diligência realizada, encaminhamos, em anexo, Certidão da Fazenda Municipal emitida em 04/01/2024, com validade até 03/04/2024, dando conta da regularidade da situação fiscal da CBS - CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA.

Vale ressaltar que a certidão apresentada anteriormente deve ter sido resultado de algum "bug" ou instabilidade do sistema da Sefaz Salvador, mormente porque as datas corretas de expedição e validade (20/12/2023 e 19/03/2024) apresentaram erro de exatamente 100 anos (20/12/1923 e 19/03/1924).

De todo modo, identificado o claro erro material contido no documento, resta inequívoca a comprovação de atendimento às condições editalícias.

Atenciosamente,

Alan Lacerda

Destarte, deverá ser mantida a habilitação da Recorrida, posto que foi apresentada válida Certidão Negativa de Débitos Mobiliários.

V – DA CORRETA INABILITAÇÃO DAS RECORRENTES KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (KLAO/IDEAL) e PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.


A Douta Comissão de Licitação decidiu, por unanimidade, inabilitar as Recorrentes KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (KLAO/IDEAL) e PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., tendo em vista que as mesmas não foram capazes de cumprir às exigências do Edital e comprovar expertise para o objeto licitado.

Conforme bem observado pela d. Comissão de Licitação, a Recorrente PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. não comprovou possuir higidez financeira para executar o contrato. O resultado extraído do Balanço Patrimonial e calculado com base no Patrimônio Líquido resulta em DFL no valor de R\$ 179.188.267,96, ou seja, inferior ao exigido pelo certame, restando desatendidos os itens 11.8.7 e 11.8.7.1 do Edital, bem como os artigos 27, III e 31, I, §4º da Lei nº 8.666/93.

Além disso a PORTO BELO não apresentou atestados aptos a comprovar qualificação técnico-operacional para o objeto do certame, pois não foi atestado atendendo ao item 3 de parcelas de maior relevância inserido no item 11.9.3 do Edital. Os atestados apresentados pela Recorrente de sistema de climatização não possuem capacidade igual ou superior a 1.200 TR, devendo ser mantida irretocável a decisão que inabilitou a Recorrente, com base nos itens 14.5.1 e 14.5.2 do Edital, bem como nos artigos 27, II e 30 da Lei n 8.666/93.

Neste sentido, é irretocável o julgamento da Comissão de Licitação que inabilitou a Recorrente, tendo em vista que não foram cumpridas às exigências contidas nos itens 11.8.7 e 14.5 do Edital, devendo o mesmo ser mantido por todos os seus termos.

Passando-se ao julgamento da KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIAS/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, conforme bem observado pela Comissão de Licitação, a Recorrente foi inabilitada do certame em razão do descumprimento à alínea “b” do item 11.2 do Edital, vez que não apresentou comprovação de regularidade de contribuições previdenciárias, conforme determinado na decisão judicial que concedeu sua Recuperação Judicial, que faz ressalva expressa ao disposto no art. 195, §3º da Constituição Federal.



Em seu Recurso a KPE pretende se isentar da obrigação e junta comprovantes de sua regularidade fiscal, no entanto, tais conceitos não se confundem, consoante súmula 283 do Tribunal de Contas da União.

Destarte, o dispositivo mencionado veda que os entes públicos contratem empresas em débito com o sistema de seguridade social, e a Recorrente não apresentou qualquer prova de sua regularidade, conforme prevê a Carta Magna, restando descumpridos os itens 14.5.1 e 14.5.2 do Edital, art. 27, IV e art. 29, IV da Lei nº 8.666/96.

Além disso, a Recorrente deixou de apresentar a relação e declaração formal de disponibilidade das instalações e equipamentos, em desacordo com o item 11.10 do Edital.

Por fim, a Recorrente descumpriu também o item 8 das parcelas de maior relevância contidas no item 11.9.3 do Edital, deixando, portanto, de comprovar sua qualificação técnico-operacional, infringindo, portanto aos itens 14.5.1 e 14.5.2 do Edital, bem como aos artigos 27, II e 30 da Lei nº 8.666/93, razão pela qual deverá ser mantida irretocável a decisão que inabilitou a concorrente KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Em relação ao julgamento da licitante CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (formado pelas empresas KLAO ENGENHARIA S/A e IDEAL CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA.), a Recorrente foi inabilitada pois, conforme bem observado pela nobre Comissão, deixou de comprovar qualificação técnica para os itens 3 e 7 das parcelas de maior relevância, previstas no item 11.9.2 do Edital.

Com a falta dos atestados exigidos para as parcelas de maior relevância do certame é impossível habilitar a Recorrente, sob pena de infringir os itens 14.5.1 e 14.5.2 do Edital e artigos 37, II e 30 da Lei nº 8.666/93, além do risco de contratar uma concorrente que não possui expertise para execução dos serviços licitados, o que possivelmente resultaria num contrato inacabado e incorreria em mais custos para a Administração Pública.

Diante disso, considerando as exigências do Edital, as propostas que não atendem aos critérios estabelecidos devem ser DESCONSIDERADAS.



Consequentemente, a decisão de inabilitação das Recorrentes KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (KLAO/IDEAL) e PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA deverá ser mantida, respeitando a premissa de vinculação ao Edital, afinal é crucial que a avaliação siga as diretrizes estabelecidas, garantindo imparcialidade e transparência ao processo de seleção.

VI – CONCLUSÃO

Ante o exposto, requer o não provimento dos recursos ora impugnados, mantendo a decisão proferida acertadamente pela Comissão de Licitação.

Na hipótese de não ser mantida a decisão recorrida, o que, devida vênia, não se cogita, requer, de logo, seja o presente encaminhado para o conhecimento e decisão por parte da Autoridade hierarquicamente superior.

Termos em que,
Pede deferimento.

Salvador, 21 de março de 2024.

CONSÓRCIO ARENA SALVADOR (SIAN/BSM/CBS)

